

O Ministério Diaconal na Comunidade Local

Impulsos da Teologia da Libertação para uma Reformulação do Diaconato

Kjell Nordstokke

Nesta palestra inaugural vou falar sobre o ministério diaconal na comunidade local. Como os demais ministérios, também o ministério diaconal pertence a toda a comunidade; todos os batizados são chamados a servir. Mas há também o ministério diaconal ordenado com tarefas específicas na comunidade e no mundo. A compreensão e a prática do diaconato estão sendo reformuladas na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Na segunda parte da palestra identificarei certos impulsos da teologia da libertação para esse processo de reformulação. Não sou o primeiro a ver a potencialidade da teologia da libertação para a atuação diaconal, mas até agora são poucas as tentativas de fazer isto de uma maneira teológico-sistemática. Espero que esta palestra possa ser uma pequena contribuição nessa direção.

1

Primeiro algumas observações sobre o contexto ecumênico em que esse processo de reformulação se encontra:

No documento *Batismo — Eucaristia — Ministério*, elaborado pela Comissão de Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas em 1982, há um parágrafo sobre as *formas* do ministério¹. Refere-se à tradicional tripla forma do ministério ordenado pela Igreja, com bispo, presbítero e diácono. Mesmo que ao longo dos séculos tenha havido mudanças consideráveis no exercício prático e também na compreensão da característica de cada um desses ministérios, as igrejas de hoje são desafiadas a interrogar-se “acerca do modo como poderão as suas potencialidades ser plenamente desenvolvidas para um testemunho mais eficaz da Igreja no mundo. As que não têm a tripla forma do ministério deveriam também participar nesta tarefa.”²

Num comentário do mesmo documento sobre o ministério diaconal admite-se que “há uma considerável incerteza a respeito da necessidade, do sentido, do estatuto e das funções dos diáconos. Em que sentido poderá o diaconato ser

considerado como uma parte do ministério ordenado? O que é que o distingue de outros ministérios na Igreja (catequistas, músicos, etc.)?”³

Mas o documento chama também a atenção para “uma forte tendência em muitas igrejas para a restauração do diaconato como ministério ordenado com dignidade própria e concebido para ser exercido permanentemente”⁴

2

Não há dúvida de que esta descrição se aplica à situação da IECLB.

De um lado existe uma forte tradição diaconal, principalmente pela presença das diaconisas, que estão atuando no Brasil desde 1913. As diaconisas, e junto com elas mais recentemente as/os diáconas/os e obreiras/os diaconais, têm ao longo da história da IECLB prestado um serviço marcante junto às comunidades e assim dado um exemplo concreto do sentido e da função do ministério diaconal.

Mesmo assim, sempre sentiu-se na Igreja uma incerteza a respeito da *forma histórica* dessa tradição diaconal, principalmente por ser determinada por condições histórico-sociais da Alemanha do século passado. A *diaconia institucional*, como este modelo é chamado, teve, sem dúvida, seus pontos fortes. Mas com o tempo apresentou também características frágeis, que levaram o modelo todo a ser questionado, principalmente devido à sua própria natureza *institucional*.

Evidenciou-se que este modelo levou a:

1 — Um distanciamento entre instituição diaconal e comunidade local. A consequência foi que o desafio e a prática diaconais ficaram afastados da comunidade, e a instituição começou a ter uma vida própria. *Das diakonische Werk* na Alemanha é hoje uma entidade gigantesca de enorme poder econômico, mas sem ligações com as comunidades e a prática diaconal delas. Devido ao distanciamento corre-se sempre o risco de que a espiritualidade diaconal seja institucionalizada. A própria natureza do espírito institucional implica uma tendência de substituir o espírito de serviço por servilidade, tanto ao sistema interno como também ao sistema mais amplo da Igreja e da sociedade.

2 — Um distanciamento entre a instituição diaconal e a sociedade. Instituição sempre implica certa tendência de se tornar um gueto, mesmo quando a intenção é ser modelo e exemplo para a sociedade toda. Dificilmente se consegue evitar que as instituições particulares, no caso as diaconais, desenvolvam-se de tal forma que se tornem entidades paralelas às instituições públicas. Toda a experiência mostra que o esforço para manter as instituições paralelas consome tanta energia que deixa cada vez menos espaço para inovação. Em muitos casos há também uma dependência financeira de órgãos públicos que impossibilita uma atuação autêntica e profética na sociedade. Tudo isso influi no próprio trabalho e também nos objetivos ideais, levando inevitavelmente a uma prática conservadora.

Esses problemas, que em primeiro lugar são sentidos nas instituições tradicionais da diaconia européia, também são reais aqui, e penso que as próprias diaconisas, melhor do que qualquer outra pessoa ou instância na IECLB, podem contar a respeito da luta para manter uma visão e vocação diaconais nas molduras importadas de um contexto tão diferente do Brasil do nosso tempo. A perseverança nesta vocação apesar de todas as dificuldades apresenta-se como recurso de grande valor e como potencialidade muito importante para toda a IECLB na tentativa de reformular o sentido e o conteúdo prático do ministério diaconal.

Pois há, de outro lado, também na IECLB “uma forte tendência para a restauração do diaconato”.

Nota-se essa tendência mais fortemente na prática diaconal existente nas comunidades onde obreiras/os diaconais estão desenvolvendo novos modelos de servir. Já há exemplos de surgimento de novas comunidades a partir desse ministério, com as suas características próprias. Esse trabalho implica novas prioridades e formas de atuação no exercício do ministério diaconal. Partindo dessas experiências, surge a necessidade de novos modelos de formação diaconal, finalmente também reformulações estruturais da própria Igreja para regular o ministério diaconal como parte autêntica do ministério da Igreja.

O regulamento do ministério diaconal, assim entendido, é só uma consequência natural desse processo de formação de uma nova consciência da comunidade local como comunidade diaconal e do diaconato como expressão e instrumento dessa vocação. É um processo de baixo para cima, em que as experiências e reivindicações de obreiras/os que assumiram a liderança nesse processo obrigaram a Igreja a reformular a própria estrutura de poder na comunidade local, abrindo espaço no ministério ordenado também para diáconas/os.

Esse processo está ainda na fase inicial. No nível da comunidade local sente-se ainda “o dualismo assimétrico entre obreiros(as) pastores(as) e obreiras(os) não-pastores”, para usar a expressão de irmã Marion Creutzberg⁵. O pastorado tem uma atuação já estabelecida desde séculos na comunidade; todos têm compreensão e respeito pelo serviço pastoral. O diaconato é compreendido como algo novo e estranho, apesar das raízes fortes deste ministério tanto no NT como na Igreja antiga. Isto não só tem consequências para os direitos e a posição da/o diácona/o, mas mais ainda para a sua autoridade na comunidade, a sua atuação profética e o seu anúncio do evangelho no contexto do serviço.

Na tradição luterana a teologia também tem a tarefa de denunciar o que deve ser mudado na vida da Igreja e de legitimar uma prática evangélica nas comunidades. Verifica-se, porém, que a teologia luterana até agora só tratou o assunto “diaconia” como exceção. A lacuna que este assunto representa em quase todas as bibliotecas nas faculdades de Teologia, inclusive na da Escola Superior de Teologia (EST), evidencia este fato. Nos casos em que a teologia tradicional ainda fala sobre a diaconia, isso normalmente se limita a uma seção da teologia prática ou à ação social da Igreja. Dificilmente se encontra uma reflexão sobre a natureza

diaconal da Igreja, e principalmente da comunidade local, com conseqüências para a leitura bíblica, para a compreensão da missão, da celebração litúrgica e da vida ética.

Se há de fato um “dualismo assimétrico” nas comunidades, cabe à instituição que dá a formação teológica e pastoral a tarefa de enfrentar essa realidade e refletir teologicamente sobre ela. Isto, porém, exige uma aproximação da reflexão teológica à prática diaconal e à espiritualidade e reflexão teológica que motivam e sustentam tal práxis. O que é preciso não é um trabalho sobre a diaconia, mas com a diaconia, e mais ainda a partir da prática diaconal.

3

Como o assunto é a reformulação do diaconato no contexto da comunidade local, permitam-me mencionar brevemente alguns passos que foram dados durante as últimas décadas na minha Igreja na Noruega. Junto com experiências semelhantes na Suécia e Finlândia, isso levou ao que na Europa se chama “o modelo escandinavo” de diaconia e que em certos pontos tem seus paralelos com a diaconia na IECLB.

Havia dois motivos principais para desenvolver um novo modelo de diaconia comunitária na Noruega:

1) Primeiro, a situação da tradicional diaconia institucional, em que especialmente na década de 70 a sociedade secularizada criou muitos obstáculos para entidades particulares, e principalmente das igrejas, exigindo que a trabalho fosse “neutro”, sem objetivos religiosos. (Agora, na década de 90, isso já mudou de novo, e as instituições religiosas têm mais liberdade novamente, mas continuam sendo vulneráveis a conjunturas político-ideológicas, sobretudo por depender financeiramente do governo.)

2) O segundo motivo, sem dúvida o mais importante, foi o desejo de restaurar o diaconato na comunidade local como parte normal e contínua da vida comunitária. Também na Noruega foram os/as próprios/as obreiros/as diaconais que lideraram esse movimento de renovação, partindo das suas experiências e maneira de expressar a vocação diaconal.

Hoje mais ou menos 10% das comunidades da Igreja da Noruega têm um/a diácono/a como ministro/a ordenado/a, e o número está aumentando rapidamente. Os/as diáconos/as podem optar pela ordenação depois de meio ano de serviço. A formação deles/as tem o nível de 3º grau e é de quatro anos de duração, sendo os três primeiros dentro da área de saúde, assistência social ou pedagogia, e o último de teologia. A formação é conscientemente interdisciplinar e reflete uma visão do/a diácono/a como agente de transformação na comunidade e na sociedade.

É evidente que esse modelo trouxe uma renovação da compreensão diaconal da comunidade. O/a diácono/a não monopoliza o serviço diaconal, mas promove,

idealiza, organiza e ensina. Nas comunidades onde há diácono/a, normalmente é desenvolvida uma rede de voluntários que colaboram numa grande variedade de serviços, como por exemplo visitas, grupos de reflexão de enlutados, grupos de apoio a jovens com problemas sociais, etc. Na formação dá-se muita atenção a este tipo de trabalho, com o uso de teorias científicas, como p. ex. a teoria sobre redes de estruturas sociais (*network theories*) e a teoria sobre trabalho voluntário na ação social.

O modelo levou também a uma renovação da ligação entre diaconia e liturgia. Em muitas comunidades o/a diácono/a participa da liturgia, por exemplo das intercessões e da celebração da Santa Ceia. Assim se demonstram tanto o caráter diaconal da liturgia como a fundamentação que todo serviço cristão tem na comunhão dos santos como *koinonia* e como participação nos sacramentos da Igreja. Na participação litúrgica do/a diácono/a há uma potencialidade de quebrar a monotonia da tradição do “pastor docente” ou ainda do “pastor artista” no culto. E, mais importante ainda, o/a diácono/a traz para o próprio culto experiências que muitas vezes são consideradas marginais na vida comunitária, experiências dos pobres, dos portadores de deficiência, daqueles que lutam com problemas determinados — todos aqueles que pelo evangelho têm direito de estar presentes na comunidade com os seus clamores de *Kyrie Eleison*.

Há, porém, também alguns pontos fracos nesse novo modelo. O/a diácono/a pode ficar demasiadamente voltado/a às necessidades dos membros da comunidade que normalmente pertencem à classe média. Com isso a diaconia é domesticada, remenda certos problemas que ocorrem, mas não consegue desafiar a tranquilidade social, ética e missionária da comunidade.

Ligado a isso corre-se o risco da burocratização da diaconia, um risco que todo ministério ordenado da Igreja tem que enfrentar. Uma expressão específica dessa burocratização é o problema da profissionalização, que leva à construção de barreiras entre o especialista e o leigo. A consequência disto é a monopolização no exercer e a exclusividade no saber.

4

Mesmo que certos impulsos dessas experiências de outra Igreja no exterior possam ser proveitosos para a reflexão sobre a formulação do diaconato na IECLB, o mais importante é encontrar um modelo próprio, que leve a sério a realidade em que se encontram as comunidades neste país.

Por isso é mais importante a diaconia entrar em diálogo com as correntes que há tempo se preocupam com uma prática nova da Igreja perante a situação violentada e desumana da sociedade latino-americana e que têm a sua articulação mais refletida na teologia da libertação.

A teologia da libertação apresenta — especialmente na versão brasileira — características fundamentais que facilitam esse diálogo com a diaconia.

Em primeiro lugar, a teologia da libertação é marcada pelas experiências feitas nas comunidades eclesiais de base. Esta ligação tem dado um caráter eclesial a toda a reflexão teológica. Eclesialidade, porém, não impede uma atitude crítica; isto vemos claramente no novo modelo de Igreja que os teólogos da libertação defendem. Mas implica, acima de tudo, uma confiança na comunidade local como sinal e instrumento do reino de Deus. Igreja não é somente estrutura sociológica e poder reacionário. Igreja é, principalmente na base, comunhão fraternal e rede de serviço, onde se ensaia uma nova sociedade mais justa e humana⁶.

Também a diaconia parte dessa visão mística da Igreja. Sendo o corpo de Cristo, a Igreja compartilha da natureza do Servo do Senhor, de ser enviada para servir, “pois o próprio Filho do homem não veio para ser servido (*diakonethenai* — passivo), mas para servir (*diakonesai* — ativo) e dar a sua vida em resgate por muitos.” (Mc 10.45.) Como diz Lindolfo Weingärtner numa conferência sobre “A Estrutura Diacônica da Comunidade”, proferida aqui em 1963: “A comunidade de Jesus Cristo é essencialmente, não apenas acidentalmente, de estrutura diacônica — não apenas parcialmente, mas em seu todo.”⁷ Esse caráter diacônico da Igreja faz parte do *vere esse*. É nisto que também se encontra o argumento fundamental para o ministério diaconal ordenado, pois o sentido do ministério é expressar, anunciar e idealizar o que dá vida e identidade à Igreja.

Voltando agora à visão de Igreja da teologia da libertação, vemos que ela tem outra característica muito importante para a atuação da diaconia, a saber, a sua valorização da periferia como novo centro na Igreja⁸. Esta decentração da Igreja, que também é expressada na fórmula “opção preferencial pelos pobres”, tem uma forte fundamentação bíblico-teológica, e não depende de um posicionamento ideológico-político. É Deus quem defende a dignidade e os direitos do marginalizado. “Da boca de pequeninos e crianças de peito suscitaste força”, reza o Salmo 8, exatamente como ação de graças e como expressão de fé nAquele que habita “no alto e santo lugar”, mas habita também “no contrito e abatido de espírito, para vivificar o espírito dos abatidos, e vivificar o coração dos contritos” (Is 57.15).

A diaconia vê nisso não só uma declaração do valor e da dignidade daqueles que se encontram na periferia, mas vê também os marginalizados como sujeitos no processo de transformação, não só da situação deles, mas da situação toda. Na teoria do trabalho social, o conceito de *empowerment* (capacitação; literalmente: dotação de poder) é fundamental; por isso o assistente social deve evitar qualquer forma de paternalismo que impeça que o “cliente” seja o principal ator no processo de mudar uma situação não-desejável, por exemplo de abuso de drogas ou de conflitos familiares. A teoria tem elaborado certos métodos para facilitar esse *empowerment*. Na atuação diaconal, esta teoria pode ser usada, mas tem o seu motivo e objetivo na visão escatológica do reino de Deus, que já é antecipado na vida comunitária, onde “os primeiros serão os últimos, e os últimos, primeiros”

(Mt 19.30). Não é por acaso que no dia de Pentecostes é lembrada a mensagem do profeta Joel de que “até sobre os meus servos (*doulous*) e minhas servas (*doulas*) derramarei do meu Espírito naquelas dias, e profetizarão” (At 2.18). Deus capacita exatamente os fracos e marginalizados para serem seus colaboradores e servos no seu projeto para o mundo.

Há nisso duas implicações fundamentais para a vida da Igreja:

Primeiro, a Igreja tem que dar prioridade ao bem-estar dos que se encontram na periferia. A vida que a Igreja é chamada a defender é mais ameaçada na periferia. Se a Igreja aceita o sistema que cria periferias sociais, econômicas e culturais com todas as suas conseqüências desumanas, ela se submete ao domínio da morte.

Segundo, exatamente aqueles que vivem na periferia são, para a Igreja, um tesouro sem o qual ela não pode viver. O testemunho deles sobre fé, esperança e amor edifica a comunidade. O/a diácono/a tem como desafio permanente facilitar essa edificação da comunidade por meio dos pobres, no culto, na reflexão bíblica, no seguimento de Cristo, na atuação cristã na sociedade. Desta maneira a diaconia não é prática da comunidade em direção dos pobres, mas prática a partir dos pobres, com os pobres, para a transformação da comunidade e da sociedade toda sob a perspectiva do reino de Deus.

O diaconato, com o/a ministro/a ordenado/a, deve ser parte da estrutura concreta da comunidade para melhor poder defender essa necessidade fundamental. Se a diaconia só existe como algo geral sem implicações concretas para a maneira de ser Igreja, facilmente vai ser uma retórica “destinada a permanecer mero sentimento”⁹.

Nisso há outro ponto importante: diaconia é ação, não somente análise e denúncia. Também nisto há lições importantes a aprender da teologia da libertação. Só na ação concreta é demonstrada a unidade da denúncia da voz profética e do anúncio das boas novas do Reino que já aqui e agora são experimentadas de forma antecipadora. A organização de uma horta comunitária é um exemplo desta unidade de denúncia e anúncio concretizada numa ação diaconal.

Essa prática questiona a tendência de querer limitar a diaconia à voz profética da Igreja. Para mim, isso pode resultar num verbismo, ou num serviço “da boca para fora” (“*lip service*”), que na realidade é uma amputação do serviço ao qual a Igreja é chamada, mas que se enquadra muito bem na tradição infeliz da Igreja de fazer tudo depender das palavras certas, ignorando o contexto e a prática da qual a palavra deve fazer parte.

Nisto pode nos ajudar a reflexão eclesiológica da teologia da libertação. A contextualidade da Igreja local é compreendida por Leonardo Boff numa linguagem sacramental. De um lado, é toda a Igreja de Cristo presente num determinado contexto. E, por outro lado, exatamente por ser local, ela é também condicionada pela situação, e deve assumir isto no seu agir¹⁰. Isto significa que a atuação sempre

vai ser contextual ou regional, marcada pelas condições e também pelas limitações dessa situação. A atuação implica opções, não é possível fazer tudo. Mas aquilo que se faz, deve ser consciente e estar à altura dos desafios do contexto.

Novamente vemos implicações importantes para a diaconia. Às vezes a ação diaconal é questionada por ser imediatista e não poder resolver as causas do problema. Esta maneira de ver a ação limitada é no fundo idealista, e insuficiente por querer avaliar uma atuação contextual por critérios gerais ou universalistas. Partindo deste método, qualquer prática pode ser censurada, e a consequência é a passividade ou redução ao “serviço da boca para fora”.

Neste ponto a diaconia segue o exemplo de Jesus, que vivia um ministério condicionado pela situação. No encontro com marginalizados ele sempre deu atenção à necessidade imediata deles, mas soube também transmitir na própria situação uma mensagem profética e uma visão do Reino que proclamava.

Dessa maneira pode-se falar da necessidade e da prioridade da boa obra em certas situações. A libertação deve ser “regional”, e não “integral”, como propõe o documento de Puebla, comentam Leonardo e Clodovis Boff¹. Há situações em que é preciso primeiro atender a vítima da violência, assim como fez o bom samaritano. O contexto exigiu isto como resposta imediata.

Eu mesmo faço parte duma forte tradição que por muito tempo andou questionando a boa obra, caracterizando-a como assistencialismo ou imediatismo. Pergunto-me hoje se isso sempre foi justo e se caímos na tentação de, exclusivamente por meio de certas palavras mágicas, desfazer a vocação e o serviço de muita gente honesta. Pergunto-me também se essa posição, não poucas vezes bastante arrogante, não levou a um outro extremo, caracterizado por uma fé na força de análises sócio-políticas e estatísticas para transformar a sociedade.

A ação concreta, também na forma de uma mão estendida àquela pessoa que se encontra derrubada e estendida no chão, já é denúncia, já inclui um protesto contra aquele que derruba e faz injustiça, como também contra aquele que passa pelo caminho sem se importar. A ação concreta já é anúncio, já é afirmação do valor do outro caído, é também a manifestação da inconformidade com uma situação de desigualdade e proclamação de uma nova era do reino de Deus, que é “justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo” (Rm 14.17).

Temos nisso outro impulso da teologia da libertação para a diaconia: o impulso de uma espiritualidade que vê no serviço ao outro uma fonte valiosa de fé. O espaço preferencial para a contemplação não é o templo consagrado e tampouco o quarto fechado, mas a periferia onde o povo luta por seus direitos. Esta espiritualidade vislumbra o rosto sofrido de Cristo na pessoa injustiçada. Só vislumbra, pois não se trata de uma revelação que glorifique o pobre e acabe com todo tipo de dúvida. Também a espiritualidade diaconal tem que achar o seu lugar sob a perspectiva da cruz. Mesmo assim, pode-se sentir na própria ação um profundo mistério.

Também na IECLB está sendo descoberta essa nova espiritualidade que a diaconia gera, caracterizada por gratuidade, paciência, partilha e mística, como escreve irmã Marion: “Do chão da vida sofrida nasce uma nova espiritualidade, pessoal e comunitária, celebrativa, de festa, sinal concreto da grande festa da libertação.”¹²

5

Vejo nisso uma série de desafios, não só para as/os obreiras/os diaconais na elaboração de uma diaconia libertadora, mas para toda a Igreja, e também para a reflexão teológica:

Primeiro, resgatar na linguagem teológica o conceito de diaconia. Este termo deve substituir conceitos como “ação social” e “projetos sociais”, pois estes termos são não-teológicos e dependem duma lógica político-ideológica, não tendo a capacidade de fundamentar teologicamente a identidade e o objetivo específico da Igreja no serviço ao próximo.

Segundo, a compreensão de diaconia não deve ser tão generalista que não permita identificar certas iniciativas como diaconais. Deve-se considerar se convém chamar certos serviços de “diaconato” em vez de “pastorado”, para expressar a diferenciação na atuação da Igreja e que tudo não depende dos pastores. Não seria possível falar do “Diaconato Sem-Terra” e do “Diaconato Menores de Rua”? É importante identificar um determinado espaço para o diaconato como tarefa específica e limitada da Igreja e da comunidade local. Se tudo é diaconia, nada é propriamente diaconia. Mas isto tem como pressuposto uma compreensão teológica do diaconato. Na minha opinião o diaconato é permanente e faz parte do ministério da Igreja. A maneira como é organizado o diaconato é secundária. Mas a experiência — também dos tempos dos apóstolos, como relata Atos 6 — mostra que o diaconato é melhor atendido se há uma diversificação no ministério com pessoas designadas especificamente para o diaconato ou, em outras palavras, para ser diácono/a. O próprio exercício deste ministério exige uma formação específica, diferente daquela que outros obreiros do ministério têm.

Terceiro, é preciso distinguir entre ética social e diaconia como duas disciplinas diferentes da reflexão teológica. A ética social preocupa-se com posições perante desafios éticos da sociedade atual. A diaconia também precisa dessa reflexão ética, mas a área propriamente dita dela é a atuação concreta na comunidade e na sociedade. O objetivo não é tanto a correta compreensão, mas a correta ação, o conhecimento de métodos e procedimentos para possibilitar a transformação desejada em situações concretas de crise, sofrimento e injustiça.

Quarto, é preciso desenvolver uma linguagem teológica a partir da prática diaconal. Nessa linguagem a preocupação com as relações humanas e as iniciativas para transformar tem primazia sobre o zelo pelas interpretações corretas. A prática

como ponto de partida e também como ponto de chegada é a que orienta a produção teológica, as prioridades na escolha de temas a serem tratados, a terminologia a ser usada. Trata-se de um princípio de serviço na própria produção teológica, como contraposição à tradição arrogante e de-cima-para-baixo que até hoje sempre marcou a teologia. Pode ser que uma razão disto seja que a teologia até agora foi dominado por homens e que a masculinidade tem essa tendência de insistir em verdades absolutas. A diaconia representa uma contracultura mais feminina, mais preocupada com o encontro e o esforço de incluir do que com a necessidade de excluir, mais acostumada a escutar e meditar do que a dar declarações, mais à procura de processos de transformação do que de posicionamentos absolutos. Existe nisto um desafio para os teólogos de abrir-se para essa experiência diaconal e a mística, a espiritualidade que a acompanha, e deixá-la, se não substituir, pelos menos equilibrar a tradição e o estilo de trabalho que normalmente têm caracterizado a teologia.

Notas

- 1 Edição brasileira: CONIC/CEDI, 1984; cf. p. 42-47.
- 2 Ibid., p. 44.
- 3 Ibid., p. 46.
- 4 Ibid., p. 47.
- 5 Marion CREUTZBERG, *Bíblia e diaconia: geradoras de nova espiritualidade*, São Leopoldo, 1992, p. 12.
- 6 Leonardo BOFF, *Igreja: carisma e poder*, Petrópolis, 1981, p. 199-203; ID., *A fé na periferia do mundo*, Petrópolis, 1978, p. 84-94.
- 7 Publicado em *Estudos Teológicos*, 4:23-32, 1964; citação p. 27.
- 8 Veja, p. ex., Gustavo GUTIÉRREZ, *La fuerza histórica de los pobres; selección de trabajos*, Lima, 1979; Leonardo BOFF, op. cit., p. 106-108.
- 9 Marion CREUTZBERG, op. cit., p. 13.
- 10 Leonardo BOFF, *Eclesiogênese; as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja*, Petrópolis, 1977, p. 28-29.
- 11 Clodovis BOFF & Leonardo BOFF, *Da libertação; o sentido teológico das libertações sócio-históricas*, Petrópolis, 1979, p. 46. Cf. também Clodovis BOFF, *Teologia e prática; a teologia do político e suas mediações*, Petrópolis, 1978, p. 102-107.
- 12 Marion CREUTZBERG, op. cit., p. 30, 49.

Kjell Nordstokke
Caixa Postal 14
Escola Superior de Teologia
93001-970 São Leopoldo — RS